

ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGAMAR
- MG

Ref.: Pregão Presencial nº 011/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGAMAR

RECEBIDO EM 06/07/20

HORÁRIO 13:16

PROTOCOLO Nº 152

VISTO

ACÁCIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF 03.945.035/0001-91, através de sua procuradora, procuração em anexo, vem a Vossa Senhoria, nos termos do Contrato, em caráter de urgência, requerer a **recomposição dos preços ou cancelamento dos medicamentos**, em razão da superveniência de fatos imprevisíveis que impactaram a oferta, elevando sobremaneira os preços dos medicamentos, e como tal, impôs desequilíbrio econômico-financeiro à proponente, como se expõe:

Todo contrato administrativo deve possuir uma adequação financeira, ou seja, a equivalência entre o objeto contratado e seu preço, desde a celebração do contrato até o seu término. Não se trata apenas da equivalência inicial do ajuste, mas também da sua manutenção até o exaurimento do pacto, inclusive após sua conclusão. Figura como essencial e corolário do princípio da isonomia a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro durante todo o ajuste.

A Carta Magna, em seu art. 37, XXI, assegura a garantia das propostas, corolário da cláusula do equilíbrio econômico-financeiro. A adequação financeira não visa apenas à manutenção ordinária do contrato, mas também, de forma necessária, à garantia das partes diante de situações extraordinárias. A teoria da imprevisão é corolário destas situações.

“ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Conforme o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a garantia a readequação financeira constitui direito subjetivo do contrato, sendo que as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta.

Devido a pandemia que se instalou mundialmente, não estamos conseguindo adquirir medicamentos bem como muito dos materiais hospitalares para fechamento de Empenhos, a qual se encontram na Empresa, pois os nossos Fornecedores estão enviando comunicação de falta a todo momento.

Diante Imprevisibilidade do evento superveniente de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, dos aumentos constantes dos materiais hospitalares não nos resta outra alternativa a não ser requerer reequilíbrio de preço a fim que possamos continuar fornecendo da melhor forma possível.

Institui o **Código Civil. Art. 317. Quando, por motivos imprevisíveis, sobrevier desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e o do momento de sua execução**, poderá o juiz corrigi-lo, a pedido da

parte, de modo que assegure, quanto possível, o valor real da prestação.

Art. 478. Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da citação.

A teoria da imprevisão consiste, é clara na possibilidade de desfazimento ou revisão forçada do contrato quando, por eventos imprevisíveis e extraordinários se tornam extremamente onerosos.

A que se entender inclusive que à Empresa Acácia por ser uma Distribuidora e não detentora dos produtos, estamos encontrando grandes dificuldades em adquirir muito dos Medicamentos, devido a oscilação do dólar, bem como a crise mundial está fazendo com os preços aumentem de forma que a empresa não consiga manter o contrato com o valor inicial.

Como cedição, a proposta apresentada pela requerente junto a Licitação – Pregão nº 011/2020, foi classificada para os itens constantes da Cláusula do Contrato, firmada em 05/07/2019 para fornecimento de Medicamentos, informamos da nossa necessidade de atualização do preço para o produto (OMEPRAZOL 20MG) em razão de desequilíbrio econômico contratual devido ao alto valor do aumento que ocorreu.

É sabido que a readequação é considerada elemento essencial do contrato administrativo, por ser mecanismo apto a manter efetiva a proposta, constitucionalmente garantido ao particular contratado quando ocorrer risco de prejuízo por evento futuro.

Segundo Fernanda Marinela (MARINELA, 2010, p. 458) bem explica tal teoria:

Para a maioria da doutrina, a teoria da imprevisão, denominada antigamente cláusula rebus sic stantibus, consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevidos e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados, alteram o equilíbrio econômico-financeiro, refletindo sobre a economia ou na execução do contrato, autorizam sua revisão para ajusta-lo à situação superveniente, equilibrando novamente a relação contratual. Portanto, a ocorrência deve ser superveniente, imprevidida (Porque as partes não imaginaram), imprevisível (porque ninguém no lugar delas conseguiria imaginar – algo impensável) e que onera demais o contrato para uma das partes, exigindo-se a recomposição. MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo. 5. ed. Rio de Janeiro: Impetus. 2010, p. 458.

Conforme jurisprudência produzida pelo Tribunal de Contas da União é no mesmo sentido:

Revisão de preços (ou reequilíbrio ou recomposição) é o instituto previsto no Inciso II, item “d”, §§ 5º e 6º, todos do art. 65 da Lei n. 8.666/93. Tem por objeto o restabelecimento da relação entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração pactuados inicialmente, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis bem como nos casos de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fato da Administração.

O direito à revisão independe de previsão em edital ou contrato ou de transcurso de prazos. As alterações de preços estão autorizadas sempre que ocorrerem fatos

imprevisíveis que desequilibrem significativamente as condições originalmente pactuadas e devem retratar a variação efetiva dos custos de produção. [5] (grifo nossos)

A Advocacia Geral da união chegou a expedir Orientação Normativa que igualmente determina que o reequilíbrio econômico financeiro deverá se dar independente de previsão editalícia:

O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO PODE SER CONCEDIDO A QUALQUER TEMPO, INDEPENDENTEMENTE DE PREVISÃO CONTRATUAL, DESDE QUE VERIFICADAS AS CIRCUNSTÂNCIAS ELENCADAS NA LETRA "D" DO INC. II DO ART. 65, DA LEI No 8.666, DE 1993. INDEXAÇÃO: REEQUÍLIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO. REQUERIMENTO. CONCESSÃO. PREVISÃO. CONTRATO.

Conforme planilha abaixo, consoante a Cláusulas do contrato de acordo inciso II do art. 65 da Lei federal nº 8.666/93 e suas alterações e lei 10.520/2002, fornecendo, para tanto, as notas fiscais, orçamentos e comprovações, bem como o anexo I do Edital no qual consta como referência o valor muito acima do licitado necessárias para a satisfação das exigências legais.

DESCRIÇÃO	VALOR E Nº NA NF ANTERIOR	VALOR E Nº NA NF POSTERIOR	PREÇO GANHO LICITAÇÃO	% DE AUMENTO	VALOR A SER EQUILIBRADO
ITEM 215 - OMEPRAZOL 20MG FRS 56 CPS - GLOBO	85638 R\$ 0,048	90104 R\$ 0,0694	R\$ 0,06	97%	R\$ 0,1242

Acerca da matéria, Marçal Justen Filho. Comentários á Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8ª edição, Dialética, São Paulo, 2000, pag.551 e 556. expõe:

“Uma vez verificado o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, o particular deve provocar a Administração para adoção das providências adequadas. Inexiste discricionariedade (...) Deverá examinar-se a situação (á época da apresentação das propostas e a posterior. Verificar-se-á se a relação original entre encargos e remuneração foi afetada. Em caso positivo, deverá alterar-se a remuneração do contratado proporcionalmente à modificação dos encargos.”

(...)

“Existe direito do contratado de exigir o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se e quando viera a ser rompido. Se os encargos forem ampliados quantitativamente ou tornados mais onerosos qualitativamente, a situação inicial estará modificada. (...) Significa que a administração tem o dever de ampliar a remuneração devida ao particular proporcionalmente á majoração dos encargos verificada. Devendo-se restaurar a situação originária, de molde que o particular não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração originalmente prevista. Ampliando os encargos, devendo-se ampliar proporcionalmente a remuneração. A regra foi expressamente consagrada no artigo 58, § 2º, a propósito de modificação unilateral do contrato, mas se aplica a qualquer evento que afete a equação econômica -financeira.”

“... o equilíbrio econômico financeiro é a relação de igualdade formada, de um lado, pelas obrigações assumidas pelo contratante no momento do ajuste e, de outro lado, pela compensação econômica que lhe corresponderá”. Celso Antônio Bandeira de Mello.

O Ordenamento Jurídico estabelece critério a fim de manter a real equivalência de preços nos contratos administrativos, desde a data da apresentação da proposta até a entrega dos produtos. O objetivo neste caso é assegurar ao requerente a efetiva rentabilidade do contrato em seu aspecto global, garantindo a intangibilidade da remuneração inicialmente prevista, conforme prevê a alínea “d”, inc.II do art. 65 da Lei.8.666/93.

“Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.”

Logo, quando o Realinhamento ocorre a partir do momento em que a onerosidade excessiva desequilibra a realçai. Veja o entendimento jurisprudencial:

“TCU-(AC-0474-14/05-P).Identificação. Acórdão
474/2005 – Plenário. Ata 14/2005.Relator:Augusto Sherman
Cavalcanti.

A recomposição de preços, assim, independente de previsão no contrato de um critério de reajustamento de preços e torna-se devida no momento em que este deixa de atender à sua finalidade, ou seja, à manutenção da equação financeira do ajuste, em razão de atos e fatos inimputáveis ao particular contratante.”

Ocorre que, de acordo com a previsão legal, a revisão é possível não apenas quando há a ocorrência de fatos imprevisíveis, mas também de fatos previsíveis, que o contrato se tornou excessivamente oneroso.

Os encargos extraordinários são alheios à vontade da contratada, e que impactam diretamente na relação entre as obrigações assumidas por ela e a remuneração ora proposta, visto que sempre enviamos medicamentos.

A revisão (realinhamento ou reequilíbrio) pressupõe que o equilíbrio econômico-financeiro para cuja manutenção concorre o reajuste foi rompido por fato superveniente e imprevisível, ou previsível, mas de consequências incalculáveis. Melhor dizendo: as cautelas prévias estabelecidas pelas partes, inclusive o próprio reajustamento, não são suficientes para assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, demandando um procedimento destinado a reordená-lo.

A este despeito dispõe que *“do equilíbrio econômico – financeiro da proposta” preço proposto poderá variar no decorrer do ajuste entre a data do término da validade da proposta e as da efetiva entrega a fim de prevalecer o equilíbrio da equação econômica financeira, devendo a empresa vencedora solicitar, através de requerimento formal...”*.

Assim, como ensina Marçal Justen Filho, *“o direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação não deriva de cláusula contratual nem de previsão do ato convocatório. Tem raiz constitucional. Portanto, a ausência de previsão ou de autorização*

é irrelevante". (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos FILHO, Marçal Justem, 8ª ed, Dialética, São Paulo, 2000).

Merece menção o ensinamento de Hely Lopes Meirelles (Licitações e contratos administrativos. 13 ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 195) a respeito do tema:

VERBIS:

'A Lei 8.666, de 1993, determina que o edital deve conter os critérios de reajuste, nos termos do seu art. 40, XI, que admite a partir da data de apresentação da proposta até os pagamentos devidos. Quando este dispositivo foi promulgado o país vivia sob inflação acelerada. Posteriormente, com o advento da legislação que introduziu o 'Plano de estabilização da Moeda' ('Plano Real', Leis 8.880, de 1994, 9.096, de 1995, 10.192, de 1998, e legislação subsequente), ficou proibido o reajuste para períodos inferiores a um ano. Todavia, esta proibição, a nosso ver, não impede a revisão ou recomposição de preços eventualmente devida, destinada a manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, uma vez que são hipóteses diversas (...)

Conforme discorrido, patente o fato superveniente e imprevisível a autorizar o realinhamento dos preços dos materiais, e assim restabelecer o equilíbrio contratual.

Tais infortúnios são tratados pela Lei nº 8.666/93 como causa legitimadora das alterações contratuais bilaterais. É o que se depreende da leitura do art. 65, inciso II, alínea "d", veja-se:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I – unilateralmente pela Administração:

II - por acordo das partes:

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

De modo didático, a abalizada doutrina de Eros Roberto Grau e Paula Forgioni] esclarece quais são os pressupostos necessários a autorizar o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos, *in verbis*:

Nesse sentido, o desequilíbrio da equação econômico-financeira estará configurado e, portanto, terá o Contratado direito subjetivo ao reequilíbrio, quando se tratar de contrato de trato sucessivo e ocorrer fato imprevisível e posterior à apresentação da proposta vencedora, não imputável ao solicitante.

Por fim por se tratar de um Registro de Preço requeremos que se não for do entendimento a readequação que seja concedido o cancelado dos itens, conforme previsto no Decreto 7.892/13, sob art 19, que Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

DECRETO Nº 7.892, DE 23 DE JANEIRO DE 2013

Art. 19. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

DO PEDIDO

Assim sendo como exaustivamente relatado, diante da crise de tais considerações, e em caráter de urgência, requer seja deferido o pedido de reequilíbrio dos preços, inclusive se houver empenho existentes.

Em caso de Indeferimento do Reequilíbrio requer que seja deferido o CANCELAMENTO dos materiais, para que seus preços/valores sejam majorados com acréscimo de percentual proporcional ao aumento em face do custo mais transporte e impostos, em razão da superveniência de fatos imprevisíveis que impactaram a oferta, elevando sobremaneira os preços dos materiais, e como tal, impôs desequilíbrio econômico-financeiro à suplicante.

Requer que seja modificado os valores no contrato em forma de Aditivo.

Caso não seja este o entendimento desta Douta Comissão, requer que em caso de prejuízo seja deferido o cancelamento com base no Decreto 7.892/13, a fim de preservar a efetividade aos princípios da equidade e do equilíbrio contratual o presente pedido,

em conjunto com o edital, contratos e notas fiscais esses remetidos à Instância superior para análise e julgamento.

Termos em que,

p. j. deferimento

Varginha, MG 1 de Julho de 2020



Acácia Comércio de Medicamentos Eireli.

CNPJ: 03.945.035/0001-91

RECEBEMOS DE LABORATORIO GLOBO LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

LABORATORIO GLOBO LTDA
 Rodovia MG 424 - KM 8,8 - S/N
 Dist. Industrial - São José de Lapa/ MG
 CEP 33.350-000 - Fone.: (31) 3623-3500

DANFE
 Documento Auxiliar da
 Nota Fiscal Eletrônica
 1 - Saída
 2 - Entrada **1**

CONTROLE DO FISCO



Nº 000085638

Natureza da Operação VENDA	Série 0 FL 1 / 1	Chave de Acesso da NF-e p/ Consulta de Autenticidade: www.nfe.fazenda.gov.br 3119.1017.1154.3700.0173.5500.0000.0856.3810.0743.0128
Inscrição Estadual 7631165990091	Inscr. Estadual do Subst. Trib. CNPJ 17.115.437/0001-73	

DESTINATÁRIO / REMETENTE		CNPJ/CPF	Data de Emissão
Nome / Razão Social ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		03.945.035/0001-91	29/10/2019
Endereço AV PRINCESA DO SUL, Nº 3303	Bairro JARDIM ANDERE	CEP 37.062-180	Data da Saída/Entrada
Município VARGINHA	Fone / Fax (35) 3690-1150	U.F. MG	Inscrição Estadual 7070884010016
			Hora Saída

VALC	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	DESDX DE DL	Duplicata	Vencimento	Valor
0	CINQUENTA E TRÊS MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E OITENTA CENTAVOS. *****		000085638/01 000085638/02 000085638/03 000085638/04	25/11/2019 02/12/2019 09/12/2019 16/12/2019	13463,45 13463,45 13463,45 13463,45

CÁLCULO DO IMPOSTO					
Base de Cálculo do I.C.M.S. 53.853,80	Valor do I.C.M.S. 6.462,46	Valor do Desconto 0,00	Valor do I.C.M.S. Substituição 0,00	Valor Total dos Produtos 53.853,80	
Valor do Frete 0,00	Valor do Seguro 0,00	Outras Despesas Acessórias 0,00	Valor Total do I.P.I. 0,00	Valor Total da Nota 53.853,80	

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS		Frete por Conta Remetente (CIF)	Código ANTT	Placa Veículo	U.F.	CNPJ/CPF
Nome/Razão Social PATRUS TRANSPORTES URGENTES LTDA						17.463.456/0013-24
Endereço RUA JOSE AFONSO BARBOSA MELO, 145		Município CONTAGEM	UF MG	Inscrição Estadual 1865693800540		
Quantidade 130	Espécie VOLUMES	Marca	Numeração	Peso Bruto (Kg) 74 0,74	Peso Líquido (Kg) 700,70	

Código	Descrição do Produto / Serviços	PMC	NCM	CST	CFOP	UN	QUANTID.	V. UNIT.	V. TOTAL	BC ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALIQ. ICMS	ALI. IPI
5030100150	OMEPRAZOL CAP 20 MG C/ 56 - FRASCO (GLOBO) LOTE: 415-049/19	30,23	30039079	000	5101	FR	889,00	2,69	2.391,41	2.391,41	286,97	0,00	12,00	0,00
5030100110	OMEPRAZOL CAP 20 MG C/ 56 - FRASCO (GLOBO) LOTE: 415-050/19	30,23	30039079	000	5101	FR	19.321,00	2,68	51.462,38	51.462,38	6.175,4	0,00	12,00	0,00

DADOS ADICIONAIS	Reservado ao Fisco
Informações Complementares CRÉDITO PRESUMIDO PIS/COFINS LEI 10147/2000-LISTA POSITIVA REDUÇÃO BC-ICMS-ITEM 31a. ANEXO IV-RICMS/2002-LISTA NEGATIVA NÃO APLICAÇÃO ST CONF ART. 59-A DO ANEXO XV RICMS/2002, REDAÇÃO DECRETO 44823/08 ICMS REL. A PREST. RESP. REMETENTE GENERICO ALIQ INTERNA ICMS = 12% DADO PARA ENTREGA - CLIENTE: 03945035000191 ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ENDEREÇO: AV PRINCESA DO SUL, Nº 3303 - BAIRRO: JARDIM ANDERE - MUNICIPIO: VARGINHA - ESTADO: MG - CEP: 37.062-180 Lista Positiva R\$53.853,80	

Vendedor: 0505 - PHATO REPRESENTACOES LTDA - ME

Num. Pedido Globo: 0000110750

RECEBEMOS DE LABORATORIO GLOBO LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR



LABORATORIO GLOBO LTDA

Rodovia MG 424 - KM 8,8 - S/N
Dist. Industrial - São José da Lapa/ MG
CEP.33.350-000 - Fone.: (31) 3623-3500

DANFE

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

1 - Saída
2 - Entrada **1**

Nº 000090104

Série 0
FL 1 / 1

CONTROLE DO FISCO



OK! 23/06/20

Chave de Acesso da NF-e p/ Consulta de Autenticidade: www.nfe.fazenda.gov.br

3120.0617.1154.3700.0173.5500.0000.0901.0410.0775.3799

Natureza da Operação

VENDA

Inscrição Estadual
7631165990091

Inscr. Estadual do Subst. Trib.

CNPJ

17.115.437/0001-73

DESTINATÁRIO / REMETENTE

Nome / Razão Social
ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ/CPF
03.845.035/0001-91

Data de Emissão
15/06/2020

Endereço
AV PRINCESA DO SUL, Nº 3303

Bairro
JARDIM ANDERE

CEP
37.062-180

Data da Saída/Entrada

Município
VARGINHA

Fone / Fax
(35) 3690-1150

U.F.
MG

Inscrição Estadual
7070884010016

Hora Saída

FATURA

VALC	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	Duplicata	Vencimento	Valor
A	VINTE MIL, TREZENTOS E SESENTA E OITO REAIS E QUATRO CENTAVOS.	DESCRIÇÃO	000090104/01	24/07/2020	5092.01
B		000090104/02	03/08/2020	5092.01
		000090104/03	13/08/2020	5092.01
		000090104/04	23/08/2020	5092.01

CÁLCULO DO IMPOSTO

Base de Cálculo do I.C.M.S. 20.368,04	Valor do I.C.M.S. 2.444,16	Valor do Desconto 0,00	Valor do I.C.M.S. Substituição 0,00	Valor Total dos Produtos 20.368,04
Valor do Frete 0,00	Valor do Seguro 0,00	Outras Despesas Acessórias 0,00	Valor Total do I.P.I 0,00	Valor Total da Nota 20.368,04

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

Nome/Razão Social PATRUS TRANSPORTES URGENTES LTDA	Frete por Conta Remetente (CIF)	Código ANTT	Placa Veículo	U.F.	CNPJ/CPF 17.463.456/0013-24
Endereço RUA JOSE AFONSO BARBOSA MELO, 145	Município CONTAGEM	UF MG	Inscrição Estadual 1865693800540		
Quantidade 34	Espécie VOLUMES	Marca	Numeração	Peso Bruto (Kg) 19 3,73	Peso Líquido (Kg) 183,26

DADOS DO PRODUTO

Código	Descrição do Produto / Serviços	PMC	NCM	GST	CFOP	UN	QUANTIDADE	V. UNIT.	V. TOTAL	BC ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALIQ. ICMS	ALI. IPI
5030100150	OMEPRAZOL CAP 20 MG C/ 56 - FRASCO (GLOBO) LOTE: 415-030/20	30,23	30039079	000	5101	FR	5.236,00	3,89	20.368,04	20.368,04	2.444,1	0,00	12,00	0,00

5-20
5-22

DADOS ADICIONAIS

<p>Informações Complementares</p> <p>CRÉDITO PRESUMIDO PIS/COFINS LEI 10147/2000-LISTA POSITIVA REDUÇÃO BC-ICMS-ITEM 31a, ANEXO IV-RICMS/2002-LISTA NEGATIVA NÃO APLICAÇÃO ST CONF ART. 59-A DO ANEXO XV RICMS/2002, REDAÇÃO DECRETO 44823/08 ICMS REL. A PREST. RESP. REMETENTE GENÉRICO ALIQ INTERNA ICMS = 12% DADO PARA ENTREGA - CLIENTE: 03945035000191 ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ENDEREÇO: AV PRINCESA DO SUL, Nº 3303 - BAIRRO: JARDIM ANDERE - MUNICÍPIO: VARGINHA - ESTADO: MG - CEP: 37.062-180</p> <p>Lista Positiva R\$20.368,04</p>	<p>Reservado ao Fisco</p> <p>CURAGEN MANUAL</p>
---	---

Vendedor: 0505 - PHATO REPRESENTACOES LTDA - ME

Num. Pedido Globo: 0000115075